



UCSAL  
**UNIVERSIDADE  
CATÓLICA  
DO SALVADOR**

**PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO E EXTENSÃO COMUNITÁRIA  
BACHARELADO EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS:  
Biologia e Conservação de Ecossistemas Terrestres e Aquáticos  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC II**

**TRANSFORMANDO UM MUSEU AMBIENTAL EM ACESSÍVEL A TODOS OS  
PÚBLICOS**

**MARIA CAROLINE SALES BRAGA**

Orientadores:  
Prof. Dr<sup>a</sup> Kátia Regina Benati  
Prof. M.Sc Marcelo Alves Dias

SALVADOR  
2020

**MARIA CAROLINE SALES BRAGA**

# **TRANSFORMANDO UM MUSEU AMBIENTAL EM ACESSÍVEL A TODOS OS PÚBLICOS**

Artigo Científico apresentado ao Curso de Ciências Biológicas da Universidade Católica do Salvador, como parte do requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Biológicas.

Orientadores:  
Prof. Dr<sup>a</sup> Kátia Regina Benati  
Prof. M.Sc Marcelo Alves Dias

SALVADOR  
2020

## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Maria Caroline Sales Braga**

### **TRANSFORMANDO UM MUSEU AMBIENTAL EM ACESSÍVEL A TODOS OS PÚBLICOS**

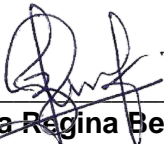
Este trabalho de Conclusão do Curso foi julgado e aprovado para obtenção de crédito total no Trabalho de Conclusão de Curso – TCC do Curso de Bacharelado em Ciências Biológicas da Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 08 de Dezembro de 2020.

Profa. Kátia Regina Benati

Coordenadora do TCC

#### **BANCA EXAMINADORA:**



---

**Profa. Dra. Kátia Regina Benati** (Orientadora)

Doutora em Ecologia - UFBA

Universidade Católica do Salvador



---

**Prof, M.Sc. Marcelo Alves Dias** (Co-orientador)

Biólogo/UCSal - Mestre em Ciências Biológicas, SubÁrea Zoologia/Universidad de la Republica Uruguay

Pesquisador Colaborador do Centro de Ecologia e Conservação Animal - ECOA

---

Banca examinadora – Membro interno

**Prof. Dr. Anderson Abbehusen Freire de Carvalho**

Universidade Católica do Salvador

Professor e Mestre em Ecologia e Biomonitoramento

---

Banca examinadora – Membro externo

**Profa. Dra. Sandra Regina Rosa Farias**

Doutora em Educação - UFBA

Universidade do Estado da Bahia

## RESUMO

A ausência de acessibilidade nos museus, especialmente os ambientais, é uma realidade existente, o que implica na falta de democratização desses espaços, pois os mesmos não se encontram ao alcance de receber todos os públicos, sendo um significativo prejuízo no que diz respeito ao acesso dos surdos e pessoas com deficiências nesses espaços, sobretudo à falha na divulgação científica que é de suma importância para a conscientização das pessoas. Esse trabalho teve por finalidade avaliar as necessidades dos surdos e pessoas com deficiências, quanto a acessibilidade em museus, a fim de estimular comutações acessíveis ao Espaço Baleia Jubarte, também identificar as maiores causas que permitem a escassez de inclusão nos museus. Para esse fim, foi realizada uma pesquisa quali-quantitativa, com a aplicação de um questionário estruturado, utilizando o método bola de neve e a plataforma do google formulários como instrumentos de coleta de dados. Observou-se que as principais causas que proporcionam a falta de inclusão nos museus ambientais são as barreiras atitudinais e comunicacionais, também que os participantes desse estudo se identificam com esses espaços e reconhecem seu valor, mas que a ausência de acessibilidade os impedem de serem frequentadores, ademais até o momento há muito a ser feito com relação a acessibilidade nos museus e que a representatividade desse público nesses espaços é muito importante.

**Palavras-chave:** Museu ambiental; Acessibilidade; Consciência ambiental; Projeto Baleia Jubarte.

Antes de tudo dedico essa obra ao Deus criador pelo amor incondicional, força e ânimo transmitidos a mim em toda essa jornada.

Ao meu esposo Chermont, pelo amor, por sempre estar ao meu lado, acreditando e alegrando-me.

Aos meus pais Aurilene e Elton, sogros Marilac e Chermont, minha irmã Anny e aos demais familiares, pelo fabuloso amor e amparo constante, antes e durante esse processo.

Aos meus maravilhosos amigos que tanto amo e compartilho de momentos inesquecíveis.

## AGRADECIMENTOS

Expresso minha gratidão ao meu co-orientador M.Sc Marcelo Alves Dias, pelo incentivo prestado nas disciplinas de estágio supervisionado, onde foi possível me encorajar a transformar um relatório de estágio em uma pesquisa de conclusão de curso. Pelo profissionalismo cativante e exemplar que foi capaz de fazer diversos discentes, assim como eu, ficarem tristes com sua saída da universidade, mas felizes com a iniciação de um novo ciclo na sua vida. Admiro imensamente sua postura e vou levar este aprendizado para a vida toda.

A minha orientadora, professora e posso dizer amiga Dr<sup>a</sup> Kátia Benati pela competência, atenção, auxílio em todas as etapas deste projeto, pelas conversas, por ter acreditado no meu potencial e pelo valioso aprendizado como profissional durante a minha graduação. Você é um exemplo de mulher que apresenta a força que temos e a representação de que podemos ser excelentes profissionais mesmo com tantos outros afazeres fora do meio acadêmico.

Aos professores do curso de Ciências Biológicas da UCSal (Universidade Católica do Salvador) que me forneceram todas as bases necessárias para a realização deste trabalho, agradeço com profunda admiração pelo profissionalismo de cada um, sobretudo ao Prof. MSc. Christiano Menezes por mediar o estágio na instituição que me fez amadurecer no percurso acadêmico.

A toda equipe do Projeto Baleia Jubarte, em especial a Luena Fernandes, Enrico Marcovaldi, Roberta Roveri e Isabela Oliveira pela supervisão, credibilidade e aprendizado no instituto.

A todos os colegas de turma que me acompanharam durante a graduação. Singularmente a minha amiga Emanuele pelo companheirismo desde o início, apoio em toda essa jornada, pelos estudos, conversas e diversão. Conseguimos amiga, muito obrigada!

A todos do CEEBA (CENTRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DA BAHIA) pela parceria e atenção dada para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos examinadores deste projeto, Dr<sup>a</sup> Sandra Rosa e M.Sc Anderson Abbehusen pela dedicação e apoio prestado nesse percurso.

Aos meus amigos e conhecidos que promoveram a divulgação da minha pesquisa, colaborando imensamente na coleta de dados dessa obra.

E por fim, mas não menos importante a todos os surdos fonte de inspiração que me fizeram iniciar este trabalho e a todas pessoas com deficiência que se propuseram a participar maravilhosamente desta obra.

Sem vocês este trabalho não seria o mesmo.

**Agradeço a todos!**

“Tudo o que amamos profundamente converte-se em parte de nós mesmos”

Helen Keller

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	6
2. METODOLOGIA .....	12
3. RESULTADOS E DISCUSSÕES .....	17
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
5. REFERÊNCIAS .....	36
6. APÊNDICE A .....	40
6.1 Questionário de Satisfação .....	40
7. ANEXOS.....	44
7.1 Aprovação do CEP .....	44



## **Manuscrito para apreciação**

Este trabalho será submetido ao periódico científico **Revista Educação Especial**, após a realização das correções do conteúdo apontados pelos membros avaliadores.

## 1. INTRODUÇÃO

Os museus são uma ótima ferramenta para o ensino e divulgação da ciência, se apresentando como admiráveis espaços educacionais. Possuem uma importância essencial como locais em que todos os sentidos são acionados no usufruto dos bens culturais oferecidos e disponibilizados para a comunidade (COHEN et al., 2012). Apesar dos museus serem bem antigos, foi somente a partir do século XX que houve uma preocupação desses espaços em assumirem um compromisso com o indivíduo e as comunidades, tomando assim, uma postura de um difusor social e ampliando seu olhar para além das pessoas da alta sociedade (SARRAF, 2008).

A palavra museu originou-se na Grécia Antiga, onde os templos se destinavam a contemplação e aos estudos científicos, artísticos e literários. Concebidos com a intenção de educar as pessoas, mantiveram-se por um bom tempo como uma espécie de local sagrado, disperso à realidade da comunidade local e pouco atraentes. Além disso, raramente falava-se sobre esses espaços. A sua consolidação só se deu no século XIX com a criação de importantes instituições museológicas na Europa, advindo com a importância de formar os cidadãos através do conhecimento do passado (JULIÃO, 2006).

Com o Brasil não foi diferente, as primeiras instituições surgiram no mesmo período, durante as iniciativas de D. João VI, sendo que na segunda metade dos oitocentos, foram construídos mais quatro museus importantes, sendo eles: do Exército (1864), da Marinha (1868), Paranaense (1876) e o Instituto Histórico e Geográfico da Bahia (1894). Em 1937, o surgimento da atuação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi um marco relevante para o prosseguimento das demais edificações, institucionalizações e políticas na área do patrimônio cultural do país (JULIÃO, 2006). Nesse aspecto, surgiram também os museus ambientais que são espaços para a educação não formal, possuindo um espaço-tempo mais flexível do que as escolas, além

disso, detém de um relevante papel para a expansão do conhecimento e reflexões sobre as problemáticas socioambientais.

Os museus ambientais se fundiram com a expressão museal apresentada na década de 1970, na França com os Ecomuseus, onde nas políticas oficiais defendiam o meio ambiente buscando responder às preocupações ambientais. No século XX existe uma alteração do paradigma museológico, com uma nova abordagem à Museologia, conhecida como Nova Museologia ou Sociomuseologia e com esse novo entendimento dedica-se as questões como a globalização, meio ambiente, preservação das espécies, desemprego e etc, ou seja, a demandas ligadas a sociedade contemporânea (MENDES, 2013).

De acordo com o Conselho Internacional de Museus (ICOM) entram na categorias de museus ligados a importância dada à natureza: jardins botânicos e zoológicos, aquários e viveiros, centros científicos e planetários, reservas naturais, institutos de conservação e galerias de exposição dependentes de bibliotecas e de arquivos, as instituições ou organizações sem fins lucrativos que desenvolvem atividades de conservação, investigação, educação, formação, documentação e outras relacionadas com os museus e a museologia, os centros culturais e outras instituições cuja finalidade é promover a preservação, continuidade e gestão dos recursos patrimoniais materiais e imateriais (Comissão Nacional Portuguesa, 2003, p. 16).

Os museus tem como principais objetivos os de informar e educar. Promovendo um agrupamento de novas demandas relacionadas a construção da democracia, respeitando e incentivando a diversidade com articulações e participações populares. Apesar disso, ainda existe uma ausência nas questões relacionadas à acessibilidade nesses espaços, onde nem sempre há o ingresso para todos os públicos, pois apresentam, em princípio, dificuldades na adaptação física para pessoas com deficiências, bem como as barreiras subjetivas e atitudinais (ARRUDA, 2018).

Desse modo, para que as barreiras sejam trabalhadas com o objetivo de respeitar a diversidade e permitir o acesso de cada indivíduo a esses espaços, a acessibilidade surge como um instrumento capaz de permitir esse caminho. Segundo Sarraf (2018), a acessibilidade é um exercício para se dar a garantia a todo indivíduo de ser participante da vida cultural da comunidade. Não beneficiando um público específico, mas independentemente de suas limitações, sejam elas físicas e/ou sensoriais, intelectuais. Sendo assim, a prioridade são todas as pessoas, nos mais diversos níveis. Já a definição de acessibilidade consentida, pelas leis de inclusão e acessibilidade brasileiras, a Norma Brasileira de Acessibilidade – NBR-9050 diz:

Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (ABNT, NBR 9050, 2015, p. 2).

A acessibilidade está inteiramente ligada ao termo sociabilidade. Historicamente a inclusão começou a ser defendida mundialmente na década de 80, com a participação de representantes importantes, entre eles a Organização das Nações Unidas (ONU) e a UNESCO com o surgimento do Movimento de Inclusão Social, nos Estados Unidos da América (SARRAF, 2008). Nesse momento, a discussão expandiu e os movimentos mundiais em defesa da inclusão acontecia de forma crescente e se tornou um marco fundamental no reconhecimento de direitos iguais e inalienáveis de todos os membros da família humana. De acordo com a Assembleia Geral das Nações Unidas (1948, Art. 27), “ todos os seres humanos têm o direito de participar livremente na vida cultural da comunidade, de beneficiar das artes e de participar no processo científico”, sendo assim, foi se oficializando por meio de documentos e leis lançados por organizações e aprovada pelos países latino-americanos visando a concretização de políticas públicas na área.

Sucedeu-se então uma maior atenção para a acessibilidade, sendo de fundamental importância para que a inclusão se expandisse, permitindo a ida de qualquer indivíduo aos espaços artísticos e culturais. No entanto, não se restringindo apenas ao direito de

caminhar livremente por esses lugares, mas de ser acolhido, tanto quanto qualquer outro ser humano (SARRAF, 2008). Para que se suceda essa inclusão de maneira realista, deve ser levado em consideração as classificações da acessibilidade, que Segundo Sasaki (2005) é classificada em seis dimensões:

Arquitetônica (sem barreiras físicas); comunicacional (sem barreiras na comunicação entre pessoas); metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas utilizadas nos sistemas sociais comuns); instrumental (sem barreiras de instrumentos, ferramentas, utensílios etc.); programática (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc.) e atitudinal (sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para com as pessoas que têm deficiência). Sendo importante a compreensão da acessibilidade e de como a mesma é fundamental para o avanço na garantia dos direitos das pessoas com deficiência (SASSAKI, 2005, p. 23).

O Brasil dispõe de leis e documentos legais de inclusão social desde a Constituição Brasileira de 1988, a partir desse respaldo legal surgiram decretos como a Lei Federal Nº 7.853/89 que apodera-se do apoio e a integração social das pessoas com deficiência. A Lei Nº 10.098/2000 e o Decreto Federal 5.296/04 que possui normas e critérios básicos para a promoção da acessibilidade mediante as barreiras comunicacionais, determinando a implantação de três sistemas para amplo acesso das pessoas com deficiência aos produtos audiovisuais: o closed caption (legenda), a Libras (Língua Brasileira de Sinais) e a audiodescrição (tradução falada da imagem). Bem como a Lei Nº 12.527 que regula o acesso às informações, de modo que os órgãos e as entidades garantam a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência (BRASIL, 1989, 2000, 2004, 2011, 2015).

Logo, observamos a composição das políticas públicas no Brasil voltadas para esse público, entretanto, falta o reconhecimento das diferentes capacidades da cultura, no que tange a "dar condições e infra-estrutura para o atendimento de toda a cadeia de produção, circulação, difusão e consumo de bens culturais" para que assim todos os cidadãos usufruam desse bem (TOJAL, 2007, p. 80). Também, para que essa conquista continue crescendo nos mais diversos lugares, como na mídia, no ambiente acadêmico, no poder público e nas manifestações culturais, contribuindo para novas formas de

concepção de produtos e serviços que beneficiem as diferenças se faz necessário um investimento, para assegurar o senso de pertencimento aos mesmos, tal como, promovendo estímulos e a capacitação dessas pessoas quanto parte significativa dos espaços culturais, sendo protagonistas como artistas e mediadoras culturais (SUZUKI, 2018).

Nesse sentido, o museu ambiental, pode ser um espaço ideal para impulsionar a inclusão, já que fornece cultura e conhecimento, tendo como principal objetivo o desenvolvimento de uma análise crítica dos aspectos intrínsecos à ciência, seu relacionamento com a sociedade e o meio ambiente. Sendo, sobretudo, um lugar educacional indireto, onde a Educação Ambiental age de forma importante, dispondo da essência para a divulgação da ciência e das questões socioambientais, como a participação do homem nesse processo, tais como ações antrópicas (MEYER; MEYER, 2014).

Nessas experiências a sensibilidade estética é a florada, num processo aberto de comunicação que permite a cada pessoa explorar, sentir, pensar, tocar de modo singular e autônomo (SCHALL, 2003). Esse ambiente é um refúgio de conhecimento, sobretudo no Brasil, que está situado na América Latina, no qual carece de inovação museológica que incentive a participação do homem, sendo capaz de construir um conhecimento multidisciplinar. Nesse cenário, a inserção da Educação Ambiental com propostas bem planejadas poderá desenvolver na comunidade a sensibilização e a reflexão quanto a construção social de um mundo mais digno que incentive, deem lugar para exploração da ciência e o afloramento de opiniões, levando o indivíduo a vivenciar experiências significativas (AURICCHIO, 2003).

Um modelo característico desse espaço é o museu ambiental do Projeto Baleia Jubarte que possui um acervo de grande importância para os turistas e principalmente para a comunidade local, promovendo a sensibilização dos mesmos através do uso da ferramenta de observação de baleias-jubarte, (*Megaptera novaeangliae*, Borowski, 1781) e a aplicação da educação ambiental, onde prepara o local para divulgar o conhecimento sobre esse mamífero, a notabilidade do mesmo, a promoção da conscientização, da

preservação e o cuidado com seu habitat. Além disso, entende que o trabalho com a população é a melhor forma de fortalecer a luta em favor da conservação marinha (INSTITUTO BALEIA JUBARTE, 2016).

Mediante a isso, há confirmação de pesquisa que ao se desenvolver um processo educacional juntamente com a observação do animal a sensibilização do público alvo é maior e o interesse em ajudar e saber mais sobre o assunto aumenta, tornando a aprendizagem ainda mais efetiva (GARCÍA-CEGARRA & PACHECO, 2017). Sendo assim, para refletir sobre a construção de comunidades sustentáveis, faz-se indispensável assegurar uma nova discussão sobre acessibilidade, respeito à diversidade e cidadania” (BORGES, 2014).

A questão da acessibilidade é fundamental, pois sem ela a pessoa é privada de usufruir dos demais direitos fundamentais que lhe são conferidos como cidadão: direito à educação, saúde, ao trabalho, o lazer e outros. A acessibilidade funciona como instrumento, meio para utilização desses outros direitos (LEITE, 2007, p.174).

Considerando que a acessibilidade é uma questão de direito, sua ausência compete a um fator discriminador. À vista disso, deve ser tratada com enfoque global, inserida em todas as partes estruturais de variados projetos. Diante disso, este estudo tem como objetivo avaliar as necessidades dos surdos e pessoas com deficiências, quanto a acessibilidade em museus, identificando as maiores causas que permitem a escassez de inclusão nos museus e relacionando os anseios dos participantes com as proposições atuais dos projetos existentes na literatura em relação a acessibilidade nos espaços culturais, a fim de propor um aperfeiçoamento do espaço do Projeto Baleia Jubarte, programa de suma importância para a comunidade, para que faça uma transformação no seu espaço físico.

## 2. METODOLOGIA

Para o presente estudo foram realizadas buscas de periódicos científicos nas redes eletrônicas SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), Portal Capes e Google Acadêmico utilizando palavras-chave como: museu ambiental, acessibilidade em museus, inclusão em espaços culturais ambientais, educação ambiental inclusiva e educação sensorial. O levantamento bibliográfico foi realizado com o intuito de potencializar o conhecimento dos projetos atuais existentes sobre acessibilidade em espaços culturais, do mesmo modo que, unificar as pesquisas a coleta de dados para obtenção de resultados que auxiliaram numa proposta de inclusão eficaz ao museu ambiental. Exemplos dessas referências são os guias de museus acessíveis como: Guia de Museus e Centros de Ciências Acessíveis da América Latina e do Caribe e Um museu para todos: Manual para Programas de Acessibilidade que auxiliam nas propostas de aperfeiçoamento com relação às barreiras arquitetônicas, atitudinais, comunicacionais, instrumentais e na web.

Em seguida, para compreender os anseios dos surdos e das pessoas com deficiência ao visitarem museus ambientais inacessíveis, foi elaborado um questionário estruturado, possuinte de treze questões, sendo uma pergunta aberta e 12 fechadas (Apêndice A), que teve como finalidade analisar a percepção desses indivíduos quanto a acessibilidade nos espaços culturais. Como critério de inserção dos participantes foram estabelecidos parâmetros ligados à inclusão social nesses locais, tais como: ser surdo, ser deficiente visual, físico, intelectual e/ou ter múltiplas deficiências, sendo de qualquer parte do território brasileiro.

A coleta de dados ocorreu entre 22 de outubro e 10 de novembro de 2020, através do aplicativo de administração de pesquisas chamado Google Formulários que refere-se a uma plataforma gratuita oferecida pelo Google, possuindo uma boa acessibilidade, além de ser responsiva, podendo ser bem visualizada tanto em dispositivos móveis quanto em telas maiores. Para contemplar o entendimento total dos indivíduos surdos em relação a pesquisa, foram anexados, aos formulários, vídeos com uma intérprete de Libras (Língua



Brasileira de Sinais). Já a designação da plataforma dos formulários do Google foi escolhida pela boa acessibilidade com leitores de tela, além do que, foram anexadas descrições das imagens e vídeos o que contribuiu para a participação e compreensão das pessoas com deficiência visual.

A pesquisa foi analisada de forma quali-quantitativa. Segundo Goldenberg (1997) a pesquisa qualitativa se preocupa com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Tendo como principal objetivo a produção de novas informações, se detendo ao entendimento e explicação da população amostral. Para tal, foi utilizada a técnica nomeada de análise de conteúdo que abrangeu as seguintes fases: pré-análise, exploração do material, tratamentos dos resultados, inferência e interpretação. Após a leitura minuciosa de todas as respostas com o objetivo de identificar os núcleos de sentido. Subsequentemente, empenhou-se com maior profundidade sobre o conteúdo das opiniões cedidas, assimilar sua essência, para então realizar o seu agrupamento por similaridades. A mesma é amplamente conhecida e explorada por outros pesquisadores onde a autora Laurence Bardin a define como:

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações (BARDIN, 2016, p. 37).

Os dados coletados previamente foram analisados, por meio da análise categorial, que, segundo Bardin (2016), consiste no desmembramento do texto em categorias agrupadas analogicamente. A opção pela análise categorial compõe como a alternativa mais eficaz quando se quer estudar valores, opiniões, atitudes e crenças, através de dados qualitativos. Sendo assim, a interpretação dos dados se deu pelo método análise de conteúdo, respaldada pelas respostas dos participantes quando perguntados “ Se tivessem a oportunidade de falar com os responsáveis por espaços culturais sobre a importância da inclusão social o que fariam?”.

O processo de formação das categorias se concretizou da forma prevista por Bardin (2016), após a seleção do material e a leitura flutuante, a exploração foi realizada através da codificação. A codificação que são dados brutos simplificados constituindo-se em categorias, permitem uma posterior discussão efetiva das características expressivas do conteúdo analisado, a mesma se deu em função da escolha do tema, para então efetuar-se a categorização progressiva. Em seu livro a autora Bardin mostra que em alguns casos, o uso de computadores pode ser interessante para a análise de conteúdo.

Portanto, para facilitar o ajuntamento das dissoluções feitas pelos participantes, as mesmas foram transferidas, transcrevendo-se cada uma das respostas no microsoft word, utilizando a ferramenta de inserção de comentários para fazer o recorte das unidades de registro e explorar o material qualitativo. Isto é, em cada resposta analisava-se e adjetivava-se o que estava sendo dito, de modo, a sistematizar, revisar e explicar o por quê da mesma ser adjetivada daquela forma, logo, as respostas foram separadas de acordo com os temas encontrados e assim estabelecida as categorias.

Nesse exercício, foram encontrados 10 temas diversos, agrupados de acordo com as qualidades apontadas pela autora Bardin (2016): exclusão mútua, sendo que cada tema não deve existir em mais de uma divisão; homogeneidade onde o tema escolhido deve governar a sua organização, no mesmo conjunto de sua categoria; pertinência como a palavra já diz deve ser levado em consideração as intenções da investigação do pesquisador; objetividade e a finalidade onde o pesquisador deve definir claramente as variáveis do seu estudo e por fim produtividade os resultados que diz que um conjunto de categorias é produtivo se fornece resultados férteis.

Diferente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados, ou seja, recorrendo à linguagem matemática. Sendo assim, seus resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa, obtendo o entendimento através da análise de dados brutos. Dessa forma, com o auxílio do software Microsoft Excel foi tabulada as informações quantitativas, apresentando a frequência relevante presente nas respostas dos participantes. Segundo

Fonseca (2002, p. 20) “ a ação paralela da pesquisa qualitativa e quantitativa (quali-quantitativa) permite recolher maiores informações do que se poderia conseguir isoladamente”, viabilizando um melhor conhecimento das questões estudadas e minimizando sua subjetividade.

A fim de alcançar o maior número possível de participantes, foi utilizado o método bola de neve, também conhecido como *snowball sampling*. Trata-se de uma amostra não-probabilística, empregada para acessar populações escondidas ou difíceis de serem encontradas, se aproveitando da sua abordagem de cadeias, fornecendo ao pesquisador um conjunto de contatos potenciais que possam contribuir no processo (VINUTO, 2014). Além de, poder ser utilizada quando a pergunta de pesquisa estiver relacionada a questões problemáticas para os integrantes (BIERNACKI; WALDORF, 1981). Também foi estabelecida uma parceria com o Centro de Educação Especial da Bahia (CEEBA) para a participação dos indivíduos com deficiência intelectual e múltipla, maiores de idade e estudantes da instituição.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica do Salvador, a fim de analisar os aspectos éticos envolvidos (protocolo n. 37884820.1.0000.5628) (Anexo). Cada participante manifestou formalmente seu interesse em participar do estudo, por meio da leitura e posterior concordância do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para que também houvesse a proteção das informações dadas por eles.

### **Descrição do Espaço de um Museu Ambiental - EBJ:**

O Projeto Baleia Jubarte encontra-se no município de Mata de São João, em Praia do Forte no estado da Bahia (12.574851"S; 38.007525"O). Está inserida em uma Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte (APA/LN), conhecida como Costa dos Coqueiros. Apresenta uma ampla variedade de ecossistemas, remanescentes de Mata Atlântica, restinga, recifes de corais, dunas, lagoas e manguezais (INEMA, 2020). O projeto foi fundado em 2001, sob a necessidade de monitorar cada vez mais a população de baleias-

jubarte (*Megaptera novaeangliae*) registradas na região. Já o Espaço Baleia Jubarte foi inaugurado em 2006.

O espaço que foi instalado como centro de visitantes, conta com uma área de 3500 m<sup>2</sup>, um anfiteatro coberto, com capacidade para até 70 pessoas sentadas, equipado com um sistema de som e imagem, além de terminais interativos. Possuindo três saídas de emergência com rampas e dois extintores. Nos banheiros, há duas rampas, uma sai do feminino e outra dá no banheiro para quem apresenta dificuldade de locomoção, o mesmo fica ao lado do banheiro masculino. O local também dispõe do Espaço EcoArte, construído a partir de técnicas de bioconstrução, com materiais como pedras, bambu, garrafas de vidro usadas, coco, entre outros e um teto verde, propriamente utilizado para interação com as crianças, apresentando livros, desenhos para colorir e brinquedos feitos de materiais reciclados. Também, possui um estacionamento privado com a disponibilização de três vagas, balcões de atendimento na entrada e na loja e placas de saída de emergência espalhadas pelo local. O centro de visitantes fomenta a educação ambiental, atendendo visitantes e comunidades locais, onde os mesmos podem conhecer sobre a biologia e as pesquisas ligadas a conservação das baleias jubartes, seus patrocinadores, além de gerar empregos e arrecadar recursos para os trabalhos de pesquisa e conservação das baleias jubarte e dos ecossistemas marinhos. É um ambiente interativo e diferenciado, contendo réplicas que mostram os comportamentos típicos da espécie e um esqueleto em tamanho real das jubartes, backlights com imagens subaquáticas, painéis informativos, vídeos institucionais. Além disso, dar ao visitante uma experiência de atendimento com caminhada educativa e explicativa sobre as problemáticas ambientais, como a caça predatória as baleias, a perda de biodiversidade, o aquecimento global entre outros temas da atualidade, trazendo o incentivo ao turismo de observação de baleias responsável (PROJETO BALEIA JUBARTE, 2006).

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Quando perguntados sobre suas condições, observou-se que a maior parte do público foi composta por surdos, seguindo de pessoas com deficiência física. Destes, 29 são surdos, 16 pessoas com deficiência física, nove pessoas com deficiência visual, 10 pessoas com deficiência intelectual e duas pessoas com deficiência múltipla. Em razão do uso do método bola de neve foi possível obter uma quantidade significativa e diversa do público alvo, como também, a parceria firmada com o Centro de Educação Especial da Bahia (CEEBA) onde foi concebida a participação de alguns alunos da instituição. Algo extremamente efetivo para pesquisa, pois viabilizou uma variabilidade de indivíduos (Figura 1).

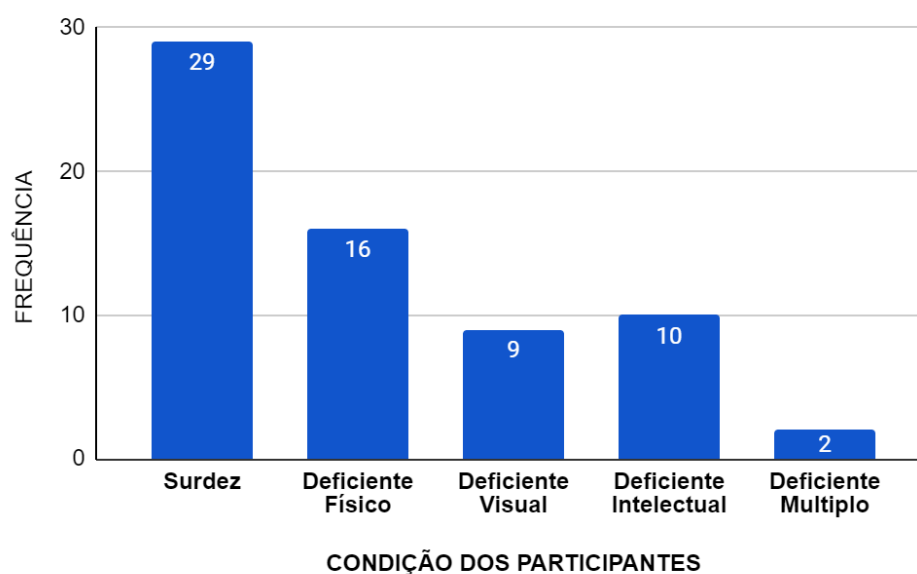


Figura 1: Público participante da pesquisa representado pela quantidade de cada condição.

No momento que foram questionados sobre se gostam de visitar espaços destinados à arte e cultura 65 (98%) dos participantes responderam que sim. Item muito importante pois identifica o interesse dos mesmos em frequentar esses ambientes. Quando perguntado quais desses espaços culturais costumam frequentar 51 pessoas (77%) responderam cinema, seguido por 39 (59%) que responderam museus. No entanto,

quando perguntado se esses ambientes oferecem fácil acesso apenas 37 (56%) pessoas responderam raramente.

Quando perguntado qual o museu os mesmos visitam com maior regularidade o Museu de Arte foi a opção mais escolhida, representando 28 respostas (42%), enquanto que o Museu Ambiental que entra na categoria de Museus de Ciências foi o menos selecionado com apenas cinco respostas (7%) do todo, conforme aponta no Figura 2. Essa baixa visitação pode ser explicada pela especificidade que os Museus de Ciências possuem no que diz respeito ao “lugar, ao tempo, a importância dos objetos e a linguagem” (MARANDINO, 2005, p. 167). Desse modo, a particularidade do local necessita ser levada em consideração para que existam estratégias assertivas no que diz respeito à percepção proposta pelas exposições e como efeito, um desempenho potenciador de caráter educador, sendo assim, haverá uma compreensão maior do público e provavelmente um aumento no número de visitantes nesses locais.

Não obstante, corroborando com a questão anterior, quando perguntado qual o motivo que faz os participantes não visitarem os museus identificados na Figura 2, 28 pessoas (42%) responderam que deixam de ir pela ausência de acessibilidade, ao mesmo tempo que outros 27 (40%) responderam que não vão pela dificuldade de acesso. Essa ausência é afirmada por Arruda (2018) quando explora sobre a carência nesses espaços nas questões relacionadas à acessibilidade, onde esse público inicialmente encontra barreiras físicas, seguindo das barreiras subjetivas e atitudinais. Isto é, infelizmente nem todos tem desfrutado do acesso à informação, o que influi no impacto negativo sobre a cultura, educação e na divulgação da ciência, em especial, na inclusão social dessas pessoas como participantes da cultura e do processo de engajamento ambiental em pró da conservação.

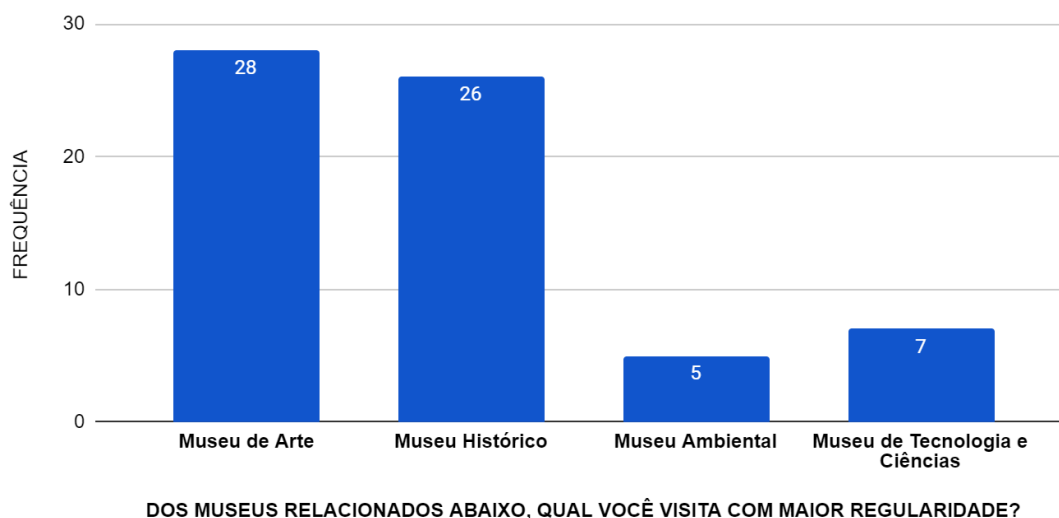


Figura 2: Número de respostas dos participantes, evidenciando a baixa frequência do Museu Ambiental.

Quando perguntado se acreditam que um espaço cultural pode fornecer aprendizado, estimulando seus visitantes a debates e experiências diferenciadas mais da metade do todo participante respondeu que sempre com 36 respostas (54%), enquanto que apenas três (4%) dos participantes consideram que nunca. Um dado valioso, pois exhibe a opinião aprazível desse público quanto aos espaços culturais, demonstrando que os mesmos reconhecem o benefício que os museus trazem para sociedade, dispondo de mais uma causa para nos preocuparmos com as melhorias que acarretem acolhimento de todos, de modo final criando-se um vínculo de pertencimento com diferentes públicos (SARRAF, 2019).

No momento que foram questionados sobre levar em consideração as necessidades deles para aproveitar ao máximo um local, quais itens os mesmos acreditam serem fundamentais encontrar nos espaços culturais 36 participantes (54%) do total responderam adequações comunicativas inclusivas, a exemplo de: site acessível, folhetos impressos em padrões universais e com informações claras, filmes, vídeos e monitores com tecnologia closed caption – legendas para surdos, comunicação em Libras – Língua Brasileira de Sinais, informações primordiais em formatos auditivos, textos informativos com linguagem simplificada, ao mesmo tempo que em segundo lugar com

34 (51%) das respostas escolheram adequações arquitetônicas baseadas no Desenho Universal, haja vista sinalização e informação multimodal, arquitetura acessível, equipamentos de informação, mobiliário que considere as diferenças dos indivíduos, como exterioriza na Figura 3. Acredita-se que a disparidade dessas duas questões atenta para a participação maior na pesquisa dos indivíduos surdos e pessoas com deficiência física. Também, no que concerne a essa informação, observa-se a relevância do que a autora Tojal (2007) fala sobre ocorrer conjuntura e infra-estrutura para que suceda o atendimento capacitado a todos os cidadãos, ou seja, isso inclui investimento nos setores comunicacionais, metodológicas, instrumentais, programáticas, atitudinais e de arquitetura desses espaços.

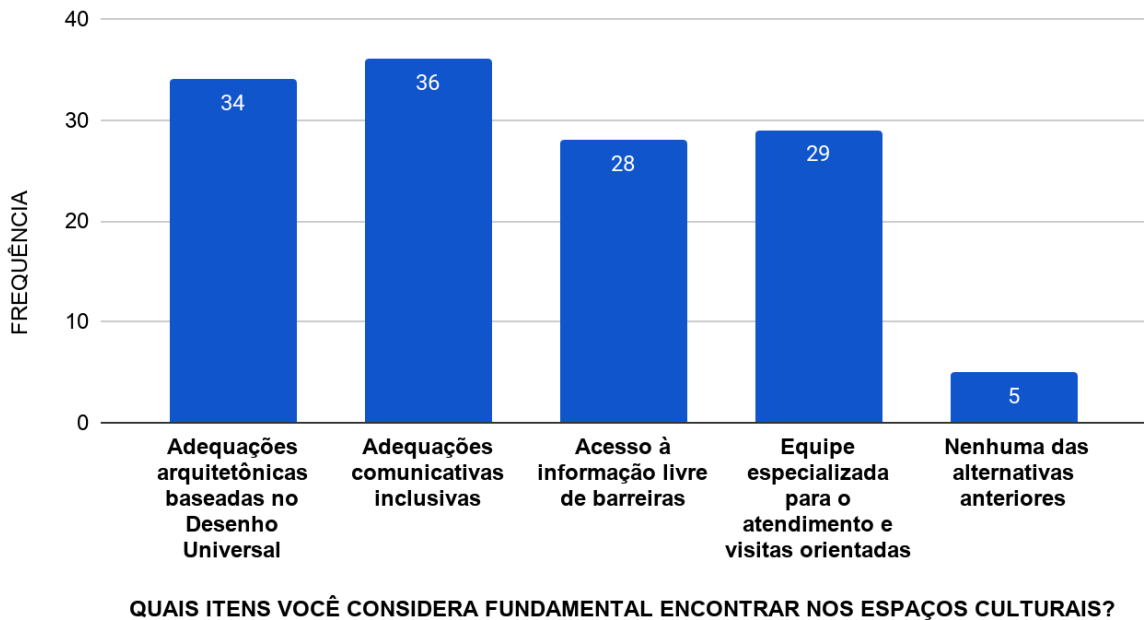


Figura 3: Opinião dos participantes da pesquisa quanto ao que esperam encontrar nos espaços culturais.

Quando perguntado a opinião dos participantes sobre a principal causa da ausência de inclusão social em museus obteve-se 25 respostas (37%) de que é ocorrente pela razão da despreocupação com a inclusão, sendo assim, há existência dessa exclusão social, no tempo em que, outros 24 participantes (36%) pronunciaram-se que isto acontece pelo desconhecimento das ações que promovem acessibilidade. Desta maneira, apesar de ser um direito garantido por Lei, a acessibilidade é uma prática pouco ou não presente



na maioria das instituições culturais, na verdade, “a igualdade de condições para usufruir do espaço e do que está sendo apresentado é uma necessidade primordial” (CELESTE E SILVEIRA, 2019, p. 14.), quer dizer, para que ocorra o senso de pertencimento e o recebimento apropriado de todos os públicos deve-se igualar o acesso, isto só será possível com adequações apropriadas nos espaços.

O conteúdo deste estudo está baseado na análise dos 66 questionários respondidos pelos participantes que através dos critérios estabelecidos pela análise de conteúdo, foram encontrados 10 temas diversos, agrupados de acordo com as qualidades apontadas pela autora Bardin (2016): exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade e a finalidade e produtividade (Tabela 1). Em todo o processo de construção das categorias, procurou-se preservar a fala dos integrantes.

**Tabela 1 – Categorização por temas e a conceituação de cada uma a partir das qualidades apontadas por Bardin (2016)**

TEMAS	DEFINIÇÃO DOS AGRUPAMENTOS
1. Importante obedecer às leis	Refere-se às pessoas que acreditam que os espaços culturais devem obedecer as leis de acessibilidade.
2. Acessibilidade promove a inclusão social	Considerações das pessoas que acreditam que os ambientes culturais acessíveis promovem inclusão social.
3. Acessibilidade oferece melhorias para o todo	Compõe o entendimento das pessoas que consideram que acessibilidade trás benefícios não só para as pessoas com deficiência, mas para todas as pessoas, a exemplo: idosos, pessoas com baixa mobilidade e etc.
4. Direito à acessibilidade	A categoria se refere às pessoas que pedem uma atenção e empatia para que haja acessibilidade nos espaços.
5. Acessibilidade universal	Refere-se às pessoas que entendem que a acessibilidade é um direito de todas as pessoas.
6. Acessibilidade multicultural	Expõe o cultivo das pessoas que admitem que a acessibilidade promove um ambiente rico em diversidade de pessoas, pelas diferenças que possuem e consequentemente as trocas que terão nesses espaços.

7. Acessibilidade oportuniza o bem estar	Refere-se às pessoas que concordam que a acessibilidade oportuniza a alegria e o contentamento das pessoas com deficiência, pois estimulam as mesmas a saírem de casa sabendo que existe um local que pode acolhê-las.
8. Projetar parcerias	Consiste na opinião das pessoas que assentam que os espaços deveriam se atentar em conseguir parcerias com escolas e instituições que trabalham com pessoas com deficiência para envolvê-las nos espaços culturais como pessoas ativas.
9. Ausência de Acessibilidade	A categoria refere-se ao descontentamento que os surdos e pessoas com deficiência passam por não encontrar em muitos espaços a acessibilidade que é um direito de todos.
10. Estratégias de acessibilidade	Refere-se às pessoas que entendem que é necessário que hajam estratégias e um conhecimento mais profundo para propor adaptações acessíveis aos ambientes culturais.

Fonte: Elaborado pela autora

A partir da separação das categorias por temas, buscou-se verificar a frequência com a qual os temas aparecem. A categoria “Direito à acessibilidade” apareceu 18 vezes nas respostas, apresentando o maior percentual de frequência (29%). A (Tabela 2) traz partes das falas dos integrantes, fundamentando o anseio profundo deles ao enfatizarem em suas exposições o pedido de atenção com relação às condições nos espaços, a fim de que haja acesso a todos.

**Tabela 2 – Categoria “Direito à acessibilidade” constituindo a frequência bruta e percentual com a qual esta categoria aparece e partes das falas dos participantes**

<b>FREQUÊNCIA: 18 (29%)</b>
<b>Exemplos de verbalizações dos participantes da pesquisa</b>
Exemplo 1: “ para que se dê condições as pessoas para que disponibilizasse financeiramente e melhorar o aspecto físico do local para que o público PCD pudesse frequentar”.
Exemplo 2: “ mais importante as temas, conteúdos, imagens, históricos pela toda a informação em libras dos surdos”
Exemplo 3: “ respeitar os direitos das pessoas com deficiência”
Exemplo 4: “mais respeito pelo próximo e consideração pelos quais tem deficiência”

Fonte: Elaboração própria

As verbalizações presentes na Tabela 2 manifestam as indagações dos participantes aos espaços culturais inacessíveis, onde é possível observar o uso das palavras como “respeito”, “direito” e “oportunizar” sendo evidências fortes de que grande parte do público tem conhecimento dos seus direitos, porém mais do que isso solicitam que os responsáveis por esses locais tenham um olhar mais a fundo para a acessibilidade a fim de proporcionar um ambiente acolhedor, no qual eles consigam usufruírem da melhor forma. Segundo a autora Natália Veroni (2018) que tem múltiplas deficiências introduziu no *Seminário Internacional Acessibilidade em Museus e Espaços Culturais* em 2018, ao dizer que é possível os espaços culturais juntamente com o auxílio das pessoas com deficiência propor melhorias que contemplem todo o público, não sendo somente um mero serviço “especial”, no entanto, esses lugares precisam estar dispostos a escutar sugestões das pessoas que passam por diversas dificuldades todos os dias, para que assim possam melhor contemplá-las.

Nesse sentido, estes resultados corroboram com a ideia da autora Veroni ao dizer que os ambientes devem se atentar em ouvir as pessoas com deficiência e buscar entender o que faz outros grupos não irem a esses ambientes, para que as dificuldades enfrentadas devido às barreiras impostas possam avançar para uma proposta de Desenho Universal, conceito que surgiu na área de arquitetura com o objetivo de decidir os projetos e produtos nos ambientes para que possam ser usados por todos, “sem que necessitem de adaptações especiais, ou seja, sendo alcançável a todas as pessoas, independente de suas características pessoais. À vista disso, o uso dos espaços deve ser adaptável, igualitário, óbvio, conhecido, sem esforço, abrangente e seguro” (CARLETTO, CAMBIAGHI, 2016, p. 10).

Outra categoria que teve um número considerável de respondentes foi a de “Estratégias em Acessibilidade” com 9 falas inseridas, constituindo 14% de frequência (Tabela 3). Na mesma, os participantes são transparentes ao enunciar que os espaços culturais precisam conhecer verdadeiramente como promover a inclusão e conseqüentemente propor planos assertivos para que haja acessibilidade. Alguns dos integrantes revelam

exemplos de como isso pode ser feito, sendo inclusive condizente com os discursos da categoria anterior, quando falam sobre o valor da representatividade do público surdo e das pessoas com deficiência como avaliadores de estratégias. Para tal, deve-se ter esse cuidado, pois de acordo com os autores Ruiz e Lledó (2013) tais programas podem ser acessíveis mas não inclusivos, caso não haja um pensamento em todos os grupos ou esteja concentrado visando somente pessoas com certas incapacidades funcionais.

**Tabela 3 – Categoria “Estratégias de acessibilidade” apresenta a frequência bruta e percentual com a qual esta categoria aparece e partes das falas dos participantes**

<b>FREQUÊNCIA: 9 (14%)</b>
<b>Exemplos de verbalizações dos participantes da pesquisa</b>
Exemplo 1: “ precisa mudar estratégia Institutos dos museus conhecer mais profundo como é pratica”
Exemplo 2: “ mas o adequado seria as pessoas com seus lugares de fala para se manifestar”
Exemplo 3: “ ter mais informações sobre inclusão”
Exemplo 4: “convide um surdo e surdocego para fazer contato com plano, para que possa ajudar no conhecimento da comunidade surda com a acessibilidade”
Fonte: Elaboração própria

O que se nota correlacionando os questionamentos dos participantes é que por exemplo na fala “ convide um surdo e surdocego para fazer contato com plano...” vemos o que o público espera desses espaços, solicitando que os locais deem o lugar de fala para quem vai receber os serviços e passam pelas dificuldades da ausência de acessibilidade diariamente, dessa forma, as estratégias, planos, e propostas de inclusão devem estar fundamentadas, primordialmente, no que esse público almeja. Portanto, estes resultados confirmam que é impossível tratar de questões de inclusão e propostas acessíveis com o efeito esperado se não houver a opinião e participação confinante, em todas as etapas do projeto do público surdo e das pessoas com deficiência, não se privando apenas ao desenvolvimento projetos arquitetônicos que possibilitem o acesso nesses locais, mas que exista um engajamento para que o público se sinta parte daquilo, pertencente desses espaços, tanto quanto as pessoas sem deficiência (SARRAF, 2008).

Outras duas categorias que tiveram a mesma quantidade de devolutivas com 8 respostas e 13% de frequência, Tabela 4, foram “Acessibilidade promove a inclusão social”, onde as falas dos participantes são assertivas ao expressarem o reconhecimento de que acessibilidade viabiliza o processo de inclusão nos espaços e “Acessibilidade universal”, na qual pode-se perceber nas respostas uma exclamação dos participantes ao relatarem que têm os mesmo direitos das pessoas sem deficiência de acessar a cultura, sem depender do acompanhamento de terceiros, sendo assegurados de terem a garantia de ir e vir.

**Tabela 4 – Categorias” Acessibilidade promove a inclusão social” e “ Acessibilidade universal” indicando a frequência bruta e percentual desta categoria e partes das falas dos participantes**

<b>FREQUÊNCIA: 8 (13%)</b>	
<b>Acessibilidade promove a inclusão social</b>	<b>Acessibilidade Universal</b>
<b>Exemplos de verbalizações dos integrantes</b>	
Exemplo 1: “ Diria que oferecer recursos que promovem acessibilidade aproxima as pessoas com deficiência dos ambientes culturais”	Exemplo 1: “ Todos devem ter acesso à Cultura e universalizar incluindo pessoas com deficiência”
Exemplo 2: “ importante acessibilidade todas espaços cultura para inclusão principalmente para nós oportunidade lugares pra eles vivem especiais para nós surdos”	Exemplo 2: “ Todos tem direito ao conhecimento”
Exemplo 3: “ gostaria que soubessem que quanto mais acessibilidade tem, mais saberemos melhor sobre o conteúdo”	Exemplo 3: “ Que todos somos iguais e temos direitos também ao acesso a cultura como os demais cidadãos”
Exemplo 4: “sem acessibilidade não existe inclusão”	Exemplo 4: “ A condição de cada um não deve ser barreira para o acesso a educação é cultura”

Fonte: Elaboração própria

Observa-se na Tabela 4 os benefícios que a acessibilidade possibilita evidenciados na fala dos seus participantes em” Acessibilidade promove a inclusão social” as frases discorrem para a relação intrínseca entre inclusão e acessibilidade, onde quanto mais existirem ações precisas de acessibilidade maior será a distribuição e acesso aos

conteúdos nesses ambientes e assim proporcionará um maior número de pessoas nos espaços culturais. Ainda, no que se refere a "Acessibilidade universal" há uma demonstração e anseio dos participantes quanto aos seus direitos estarem sendo violados, pois informam que nem sempre existe acesso à cultura, ao conhecimento e que todos somos iguais.

Conforme diz a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), em referência ao direito à informação "Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão" (Assembleia Geral das Nações Unidas, 1948, Art. 19). Isto é, ter acesso à informação é um direito de cada pessoa que está inteiramente ligada com o direito de liberdade de expressão das suas ideias. Só estaremos garantido isso se prevenirmos o direito de cidadania das pessoas com deficiência e dos surdos.

Dessa forma, é muito importante nós cidadãos exigimos o cumprimento da legislação em vigor, respeitando a diversidade e nos responsabilizando como "agentes fiscalizadores" que utilizam dessas informações como meio de buscar melhorias nesses espaços, levando as problemáticas aos responsáveis por essas instituições para que não haja mais violação dos direitos humanos fundamentais e conseqüentemente exclusão social.

### **3.1 Proposta de aperfeiçoamento no Espaço Baleia Jubarte - EBJ**

Logo após a análise dos questionários e da literatura, foram levados como proposta para as adaptações necessárias no museu ambiental do Projeto Baleia Jubarte, a fim de que haja um aperfeiçoamento do espaço para que estejam aptos a acolher da melhor forma os surdos e pessoas com deficiência visual, física, intelectual e múltiplas e que associado a isto possa se conduzir um aprimoramento da divulgação do conteúdo científico com o alcance de todos os públicos.

No que concerne ao que pode ser alterado no Espaço Baleia Jubarte (EBJ), foram identificados pontos possíveis de serem manejados. Em referência a acessibilidade

arquitetônica que garante apenas acesso ao espaço físico, o EBJ tem um ponto relevante, pois dispõe de um ambiente amplo e também ausência de degraus entre o ambientes, o que facilita a circulação dos visitantes. Contudo, há presença de desníveis, como os mobiliários altos localizados nos balcões da bilheteria e na lojinha, como indicam a Figura 4, o que dificulta a comunicação com pessoas com deficiência física, bem como o acesso desses aos objetos ali expostos, devendo ser rebaixados, com um adicional de outro balcão de atendimento acessível, possuindo uma altura adequada para todos os usuários, possibilitando o atendimento de pessoas em pé ou em cadeira de rodas.



Figura 4: Apresentação dos balcões da bilheteria (A) e da lojinha (B) do Espaço Baleia Jubarte. Fonte: Adaptado Acervo do Instituto Baleia Jubarte (IBJ).

Outro ponto fundamental é a chamada rota acessível que consiste “no percurso livre de qualquer obstáculo de um ponto a outro (origem e destino) e compreende uma continuidade e abrangência de medidas de acessibilidade no percurso que a pessoa deseja fazer dentro do museu” (COHEN et al., 2012, p.50.), quer dizer, é preciso que o espaço esteja livre de qualquer obstáculo, neste caso os pisos regulares presentes no espaço próximos ao EcoArte, apresentado na Figura 5 devem ser modificados para um piso em concreto liso ou similar.



Figura 5: Exibição do piso regular do Espaço Baleia Jubarte. Fonte: Acervo do Instituto Baleia Jubarte (IBJ).

Ademais, como mostram as Figuras 4 e 5 não há existência de piso podotátil no ambiente, diante disso, para que haja uma autonomia e segurança das pessoas com deficiência visual, se faz necessário a instalação do piso podotátil. De outro lado, é imprescindível incluir a disponibilização de vagas privativas de estacionamento para as pessoas com deficiência e idosos, no estacionamento do EBJ, como demonstra na Figura 6 ainda é inexistente a reserva de vagas para esse público, como também placas sinalizadoras para que haja a plena orientação dos visitantes.





Figura 6: Estacionamento do Espaço Baleia Jubarte. Fonte: Acervo do Instituto Baleia Jubarte (IBJ).

Em cada parte do ambiente o visitante precisa saber onde se encontra, podemos incluir como exemplos de sinalização: vagas especiais de estacionamento, entradas, rampas, sanitários, equipamentos especiais para o uso de pessoas com deficiência, outros ambientes acessíveis ou elementos que atendam às necessidades de pessoas com deficiência. Neste caso o EBJ só possui placas de saídas de emergência como mostra na Figura 7 e placas de identificação dos banheiros. Se tratando de indivíduos surdos a sinalização para alerta de incêndio precisa ser por meio de luzes de alerta e outros locais precisam obter informações visuais por meio de dispositivos específicos, como telas e imagens.



Figura 7: Representação da placa de saída de emergência no ambiente do Espaço Baleia Jubarte.

Fonte: Acervo do Instituto Baleia Jubarte (IBJ).

Em referência a acessibilidade atitudinal que é o respeito à diversidade, ou seja, exclusão de atitudes, pré-conceitos e desonra sobre as pessoas com deficiência, sendo dita pelos mesmos como fundamental no exercício de inclusão, se faz necessário uma máxima atenção, pois muitas vezes são colocadas barreiras inconscientemente. Nesse caso, o que deve ser trabalhado por meio de oficinas, palestras e treinamentos com os monitores e os demais mediadores do EBJ são ações que promovam a conscientização e a preparação dos mesmos sobre a diversidade humana existente, para que saibam lidar com as diferenças, procedendo com atitudes de acolhimento para com as pessoas com deficiências. Segundo Martins (2013, p. 7.) apresenta em sua fala “[...] se a atitude apresentada for negativa a vontade de entrar no museu ou de regressar vai certamente ser colocada em causa. Por outro lado, pode influir no grau de satisfação ou o à vontade com que é vivenciada a visita”.

No que tange a acessibilidade comunicacional que é a base para dialogar com seus visitantes, é importante o local está apto, sabendo lidar com tecnologias assistivas ou tecnologias de apoio que são recursos e técnicas que dão assistência e melhoram o aproveitamento, ampliando as habilidades funcionais das pessoas com deficiências

nesses locais, assim como tal efetivando a comunicação do seu conteúdo. Em vista disso, para os indivíduos surdos, como a Língua Portuguesa é a sua segunda língua, faz-se necessário que as informações estejam traduzidas para Libras (Língua Brasileira de Sinais). Esta mediação pode ocorrer de duas formas, primeiramente pode ser gravada com o uso de dispositivos de vídeoguia ou ao vivo tendo a presença de um profissional tradutor/intérprete de Libras no espaço. É interessante também que toda a equipe que tem convívio com os visitantes aprenda vocabulários básicos para lidar com os surdos, não detendo essa responsabilidade apenas para o vídeoguia ou tradutor/intérprete, lembrando constantemente da acessibilidade atitudinal.

Para as pessoas com deficiência intelectual a linguagem simplificada e objetiva ajuda consideravelmente, bem como o auxílio de imagens. De acordo com Fujihira (2012, p.56.) descreve: “a imagem é informação instantânea. É um tipo de informação que passa direto pelos canais sensoriais, não precisando ser decifrada intelectualmente. Faz parte de um tipo de comunicação sensorial”, ou seja, a compreensão para esses deve ser transmitida de modo visual ou com o apoio do toque. O EBJ detém de um acervo incrível com peças originais e réplicas (Figura 8), o que pode ser bem trabalhado com o público, no entanto, deve se ter o cuidado, mantendo uma linguagem simplista, devagar e procurando assegurar a atenção nelas.



Figura 8: Conjunto de réplicas em miniaturas e peças originais (barbatanas e dentes de cetáceos) presentes no EBJ. Fonte: Acervo do Instituto Baleia Jubarte (IBJ).

Quanto a acessibilidade instrumental que são as adaptações dos instrumentos utilizados no espaço para garantir o acesso ao ambiente e seu acervo, como por exemplo, audioguias, equipamentos e outros instrumentos utilizados para a mediação educativa das visitas. É de suma importância que os mediadores saibam lidar com esses instrumentos para melhor atender o público. Logo, para as pessoas com deficiência visual podem ser utilizados as placas informativas e réplicas do comportamento da baleia-jubarte (Figura 9) elementos como recursos audiovisuais com audiodescrição para a visita e vídeos presentes, maquetes táteis para uma compreensão do ambiente e audioguia de uso intuitivo, para as visitas guiadas.





Figura 9: Réplicas e placas informativas dos sobre os comportamentos da baleia-jubarte Espaço Baleia Jubarte. Fonte: Acervo do Instituto Baleia Jubarte (IBJ).

O EBJ dispõe de vídeos para compartilhar com os visitantes suas principais atividades de conservação, além do uso de totens interativos. Nesse caso, para contemplar a interação e compreensão dos indivíduos surdos uma das adaptações primordiais seria adicionar aos vídeos e ao totem a janela de Libras. Para as pessoas com deficiência intelectual a mediação acessível é uma das melhores opções, com o uso conjunto dos instrumentos visuais a exemplo as maquetes táteis.

No que diz respeito a acessibilidade web que é uma prática inclusiva de ter websites que possam ser manuseados por todos os públicos, ou seja, tendo ou não deficiência, possibilitando assim um acesso igualitário à informação. Deste modo, o site do projeto, bem como as redes sociais precisam ser adaptadas para que esse público consiga navegar e desfrutar das informações. Temos como exemplos: descrição das imagens no site, redes sociais e em todos os canais online de informação, para incluir as pessoa com deficiência visual, utilização de textos e imagens grandes para possibilitar uma melhor navegação das pessoas com baixa visão, adição de vídeos com legenda e em Língua de sinais, para garantir a acessibilidade do público surdo, conteúdos com linguagem simples e utilização de tabelas, gráficos e imagens é funcional para as pessoas com deficiência intelectual, são exemplos simples, precisos e que fazem total diferença.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir da análise das informações, em relação às principais causas que proporcionam a falta de inclusão nos museus ambientais foi constatado através da literatura que as barreiras atitudinais e comunicacionais são fatores básicos que proporcionam a exclusão social nesses espaços. É notório que se trata de um conjunto de dificuldades, onde a escassez de recursos, a carência de mediações competentes e a omissão do empenho das instituições museais colaboram para que não haja um progresso preciso.

Quanto ao nível de satisfação e ao que aspiram os surdos e pessoas com deficiência sobre os espaços culturais foi reconhecido que se identificam com os ambientes culturais, acreditam que os mesmos podem oferecer aprendizado e reconhecem a valiosidade. No entanto, boa parte dos participantes relataram que deixam de frequentar esses locais pela ausência de acessibilidade e dificuldade de acesso. Também, conclamam uma atenciosidade e um olhar sem pré-conceitos e pré-julgamentos para que se tenham espaços acolhedores e acessíveis.

Esta pesquisa reitera a magnitude dos museus ambientais como provedores de reflexão sobre as problemáticas socioambientais, parte da conservação e propiciadores do conhecimento científico que trazem grande impacto aos visitantes, os levam a refletir em como podem operar em pró da recuperação, conservação e melhoria do meio ambiente como cidadãos, permitindo se questionarem sobre qual o seu papel no meio ambiente, isto significa que promovem nos mesmos o desenvolvimento pessoal e coletivo. Entretanto, é fundamental frisar que para que os mesmos consigam atingir essa significância é preciso modificações nesses espaços para que possam alcançar a todos, garantindo a dignidade humana de usufruir o mesmo que outros.

A acessibilidade em museus no Brasil cresceu de modo considerável, felizmente uma parcela foi alcançada, principalmente tratando-se de estados como São Paulo e Rio Grande do Sul, no entanto, ainda existe um longo percurso a ser trilhado, sobretudo nos museus ambientais. Algo que não vai acontecer com o empenho e otimismo de apenas

uma pessoa ou equipe em particular, mas é vital o desejo e o envolvimento da gestão museal, além do respaldo em políticas públicas.

Outro ponto fundamental nesse caminho, é a representatividade dos indivíduos surdos e pessoas com deficiência nesses ambientes, como mediadores, participantes e convidados, por consequência, atrairia ainda mais esse público para esses locais. Iniciativas isoladas como uma simples contratação de um intérprete de libras ou somente modificações arquitetônicas não vão ceder as barreiras que impõe a exclusão social.

Deve-se ter um pensamento mais abrangente, como a inclusão de uma equipe capacitada, conhecedora das acessibilidades presentes, onde as discussões sobre esses temas os ajudem a se atualizarem e essencialmente os façam querer ter um ambiente de empatia e acolhimento a todos os públicos. Conjuntamente, verificou-se que todas as informações levantadas para as modificações no museu ambiental do Projeto Baleia Jubarte podem ser aplicadas em outros ambientes, desde que, se leve primordialmente a fala desse público, para que assim sobrevenham projetos mais acertivos.

## 5. REFERÊNCIAS

ARRUDA, Felipe. **Mediações Acessíveis: CICLO DE ENCONTROS SOBRE ACESSIBILIDADE EM ESPAÇOS DE EDUCAÇÃO E CULTURA**, 1. 18-16658, 2018, São Paulo. Anais eletrônicos. Disponível em: <<https://www.institutotomieohtake.org.br/participe/interna/mediacoes>>. Acesso em: 5 agosto. 2020.

AURICCHIO, Ana Lúcia Ramos. OS MUSEUS E A QUESTÃO AMBIENTAL. **Inst. Pau Brasil de Hist. Nat. Publ. Avul.** Arujá, n. 6, mar. 2003. Disponível em: <[https://terrabrasilisdidaticos.com.br/wp-content/uploads/2014/07/museu\\_e\\_a\\_questao\\_ambiental.pdf](https://terrabrasilisdidaticos.com.br/wp-content/uploads/2014/07/museu_e_a_questao_ambiental.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2016.

BIERNARCKI, Patrick; WALDORF, Dan. **Snowball sampling: Problems and techniques of chain referral sampling**. Sociological Methods and Research 10. ed. Sage Publications, 1981.p. 141-163.

BRASIL. **Decreto nº 1.046, 17 de março de 1992**. Cria a Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte do Estado da Bahia e dá outras providências. Palácio do governo do estado da Bahia, Bahia, BA, 17 março.1992.

BRASIL. **Decreto nº 7.177, de 12 de maio de 2010**. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 . Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 maio. 2010.

BRASIL. **Lei nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil.

BRASIL. **Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Presidência da República, Casa Civil.

BRASIL. **Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º , no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil.



BRASIL. **Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Presidência da República, Secretaria Geral.

CARDOSO, Eduardo; CUTY, Jeniffer. **Acessibilidade em ambientes culturais**. v. 201 Porto Alegre: Marca Visual, 2012.

CARLETTO, Ana; CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho Universal: um conceito para todos**. São Paulo: Instituto Mara Gabrielli, 2008.

COHEN, Regina; DUARTE, Cristiane; BRASILEIRO, Alice. **Acessibilidade a Museus**. v. 2. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2012.

COMISSÃO NACIONAL PORTUGUESA DO ICOM. **Código deontológico para os museus**. Lisboa: ICOM-Portugal, 2003.

DA COSTA SUZUKI, Amanda Midori. Acessibilidade e Mediação Cultural: uma reflexão e aproximação entre concepções. **Revista Educação, Artes e Inclusão** (online), v. 14, n. 4, p. outubro. 2018. Disponível em <<https://www.revistas.udesc.br/index.php/arteinclusao/issue/view/637>>. Acesso em: 15 mar. 2020.

DA FONSECA, João José Saraiva. **Apostila de metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

DE ASSIS SILVEIRA, Felipa Pacífico Ribeiro. A educação ambiental no ensino de biologia. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências** (online), v. 2 n. 2, nov. 2011. Disponível em <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/4142>>. Acesso em: 15 março. 2020. v. 2, n. 2, 2002.

**DECLARAÇÃO DE MADRI**. Congresso Europeu de pessoas com deficiência. Brasília : Rede Saci, 2002.

**DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS**. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas. UNESCO, 1948.

DE SOUZA, Jorge Amaro Borges. **Sustentabilidade & Acessibilidade: Educação Ambiental, Inclusão e direitos da pessoa com deficiência - práticas, aproximações teóricas, caminhos e perspectivas!**. Brasília: OAB, 2014.

ENGEL, Márcia; FERNANDES, Luena; CIPOLOTTI, Sergio. **Observações de Baleias na Bahia / Whale-watching in Bahia**. 1. ed. São Paulo: Bambu Editora e Artes Gráficas, 2016.

FUJIHIRA, Carolina Yuki. et al. **Mude seu falar que eu mudo o meu ouvir: Acessibilidade**: Um livro escrito por pessoas como Síndrome de Down. São Paulo: Associação Carpe Diem, 2012.

GARCÍA-CEGARRA, Ana; PACHECO, Aldo S. Whale-watching trips in Peru lead to increases in tourist knowledge, pro-conservation intentions and tourist concern for the impacts of whale-watching on humpback whales. **Aquatic Conservation: Marine and Freshwater Ecosystems**, n. 5, v. 27, p. 1011-1020, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDENBERG, Paulete. et al. **O clássico e o novo**: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde. Fiocruz, 2003.

JULIÃO, Letícia. **Caderno de diretrizes museológicas**. Brasília: MinC, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Departamento de Museus e Centros Culturais, 2006

LEITE, Flávia Piva Almeida. **O município acessível à pessoa portadora de deficiência**: o direito à eliminação das barreiras arquitetônica. São Paulo: RCS editora, 2007.

LIMA, Ana Raquel Oliveira. **Acessibilidade nas mãos**: património histórico acessível para pessoas surdas. Coimbra: FEUC, 2016.

MARANDINO, Martha. **Museus de ciências como espaços de educação**. Belo Horizonte: Argumentum, 2005.

MARTINS, Patricia Roque. A inclusão social tem influência nas práticas museais? O acesso dos públicos com deficiência. **MIDAS. Museus e estudos interdisciplinares** (online), v. 2 n. 2, nov. 2013. Disponível em <<https://journals.openedition.org/midas/246#quotation>>. Acesso em: 15 mar. 2020.

MARTÍNEZ, Manuel Javier Carrillo. Turismo accesible para todos. Análisis del grado de accesibilidad universal del Museo de Historia Natural de Rouen (Francia). **TURYDES Revista Turismo y Desarrollo local sostenible**, v. 11, dez. 2018. Disponível em <<https://www.eumed.net/rev/curydes/25/accesibilidad-museo.html>>. Acesso em: 05 fevereiro. 2020.

MENDES, M. C. Furtado. **O uso de energias renováveis em edifícios de museus**. Lisboa, 2011.

MEYER, Gustavo Costa; MEYER, Guilherme Costa. Educação Ambiental em Museus de Ciência: diálogos, práticas e concepções. **Revista Brasileira de Educação**

**Ambiental (RevBEA)**, vol. 9, n. 1, p. 70-86, jul. 2014. Disponível em <<https://doi.org/10.34024/revbea.2014.v9.1822>>. Acesso em: 13 jun. 2020

PROJETO BALEIA JUBARTE. **Centro de visitantes**. Disponível em: <<https://www.baleiajubarte.org.br/projetoBaleiaJubarte/leitura.php?mp=home&id=333>>. Acesso em: Acesso em: 14 nov. 2018.

RUIZ, Antonio Espinosa; LLEDÓ, Carmina Bonmati. **Manual de accesibilidad e inclusión**: em museos y lugares del patrimonio cultural y natural. Madrid: Ediciones Trea, 2013.

ROCHA, Jessica Norberto. et al. **Guia de museus e centros de ciências acessíveis da América Latina e do Caribe**. 2017, Rio de Janeiro ano. Montevidéu: Unesco, 2017. Disponível em: <<https://grupomccac.org/publicacoes/>>. Acesso em: 05 mar. 2020.

SARRAF, V. P. Acessibilidade cultural para pessoas com deficiência: benefícios para todos. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, v. 6, p. 23-43, jun. 2018. Disponível em: <<https://www.secsp.org.br/files/artigo/d1209a56/acb3/4bc1/92cc/183d6c085449.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2020

SARRAF, Viviane Panelli. Os Museus precisam mais das pessoas do que as pessoas dos museus - Acessibilidade para quem?. **Dia Internacional dos museus**. p. 1-9, maio. 2019.

SARRAF, Viviane Panelli. **Reabilitação do Museu**: políticas de inclusão cultural por meio da acessibilidade. São Paulo, 2008.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: o paradigma do século 21. **Revista da Educação Especial**. n. 1, p. 19-23, out. 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2020

SASSAKI, Romeu Kazumi. Nada sobre nós, sem nós: Da integração à inclusão – Parte 2. **Revista Nacional de Reabilitação**, n. 58, p.20-30, 2007. Disponível em: <<https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/nada-sobre-n%C3%93s-sem-n%C3%93s2.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2020

TOJAL, Amanda Pinto da Fonseca. **Políticas públicas culturais de inclusão de públicos especiais em museus**. v. 1, p. 19-303. São Paulo, 2007.

SCHALL, Virgínia T. Educação nos museus e centros de ciência: a dimensão das experiências significativas. In: Workshop: **Educação em museus e centros de ciência**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203-220, dez. 2014.

WINN, H.E. & REICHLEY, N. **Humpback Whale - *Megaptera novaeangliae* (Borowski,1781)**. v. 3, p. 241-274. London: Academic Press, 1985.

## 6. APÊNDICE A

### 6.1 Questionário de Satisfação

Este questionário compõe a metodologia desta obra e tem o objetivo exclusivo de coletar dados para verificar as necessidades dos indivíduos surdos, pessoas com deficiências visuais, físicas, intelectuais e múltiplas sobre a questão da acessibilidade em museus. As informações levantadas são sigilosas e serão tratadas coletivamente.

Recomenda-se aos participantes:

- Analisar cada item com atenção, respondendo conforme as experiências pessoais vivenciadas;
- Não deixar nenhuma resposta em branco;
- Não ter medo de errar, pois não existe certo e errado, apenas o desejo de saber seus anseios em relação acessibilidade.

#### 1. Preencha seus dados pessoais: (escolha uma opção)

Sexo:

Estado:

Possuo que condição:

- Surdez
- Deficiente Físico
- Deficiente Visual
- Deficiente Intelectual
- Deficiente Múltiplo

#### 2. Você gosta de visitar espaços destinados à arte e cultura? (escolha uma opção)

- a.  Sim b.  Não

**3. Dos lugares listados abaixo, quais você costuma frequentar? (escolha uma e/ou mais opções)**

- a.  Cinema  
b.  Teatro  
c.  Museu  
d.  Galeria de Artes

**4. Você acredita que os locais acima oferecem fácil acesso? (escolha uma opção)**

- a.  Sempre  
b.  Geralmente  
c.  Poucas vezes  
d.  Nunca  
e.  Não tenho opinião

**5. Dos museus citados abaixo, qual você já visitou? (escolha uma e/ou mais opções)**

- a.  Museu de Arte  
b.  Museu Histórico  
c.  Museu Ambiental  
d.  Museu de Tecnologia e Ciências

**6. Dos museus relacionados abaixo, qual você visita com maior regularidade? (escolha uma opção)**

- a.  Museu de Arte  
b.  Museu Histórico  
c.  Museu Ambiental  
d.  Museu de Tecnologia e Ciências

**7. O que te faz visitar o museu escolhido na questão anterior? (escolha uma e/ou mais opções)**

- a.  interesse pelo tema exposto
- b.  socializar
- c.  local de fácil acesso
- d.  acessibilidade presente
- e.  lazer
- f.  não tenho opinião

**8. Qual o motivo que te faz não visitar os museus na questão 6.? (escolha uma e/ou mais opções)**

- a.  desinteresse pelo tema
- b.  ausência de acessibilidade
- c.  dificuldade de acesso
- d.  não tenho opinião

**9. Quando procura conhecer um espaço cultural, qual o ponto crucial que interfere na sua escolha? (escolha uma opção)**

- a.  só para conhecer
- b.  acessibilidade no local
- c.  interesse pelo conteúdo
- d.  fui convidado por um amigo

**10. Você acredita que um espaço cultural pode fornecer aprendizado, estimulando seus visitantes a debates e experiências diferenciadas? (escolha uma opção)**

- a.  Sempre
- b.  Geralmente
- c.  Poucas vezes
- d.  Nunca
- e.  Não tenho opinião

**11. Levando em consideração suas necessidades para aproveitar ao máximo um local. Quais itens você considera fundamental encontrar nos espaços culturais?(escolha uma e/ou mais opções)**

- a.  **Adequações arquitetônicas baseadas no Desenho Universal como:** sinalização e informação multimodal, arquitetura acessível, equipamentos de informação, mobiliário que considere as diferenças dos indivíduos
- b.  **Adequações comunicativas inclusivas como:** site acessível, folhetos impressos em padrões universais e com informações claras, filmes, vídeos e monitores com tecnologia closed caption – legendas para surdos, comunicação em libras – Língua Brasileira de Sinais, informações primordiais em formatos auditivos, textos informativos com linguagem simplificada
- c.  **Acesso à informação livre de barreiras como:** uso de braille, caracteres grandes, audio, libras, vídeo-guia (libras) em monitores, palmtops ou mp4, audioguia com audiodescrição da exposição, soluções expográficas multimodais e sensoriais, textos expositivos com linguagem simplificada (sem termos técnicos e com limite de tamanho)
- d.  **Equipe especializada para o atendimento e visitas orientadas como:** sensibilização e treinamento de recursos-humanos para a inclusão e acolhimento de pessoas com deficiência e pesquisa de público
- e.  Nenhuma das alternativas anteriores

**12. Na sua opinião, qual é a principal causa da ausência de inclusão social em museus?(escolha uma opção)**

- a.  Falta de recursos financeiros
- b.  Despreocupação com a inclusão
- c.  Preconceito
- d.  Desconhecimento das ações que promovem a acessibilidade

**13. Se tivesse a oportunidade de falar com os responsáveis por esses lugares sobre a importância da inclusão social o que falaria?**

---

## 7. ANEXOS

### 7.1 Aprovação do CEP

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
SALVADOR - UCSAL



#### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

##### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** TRANSFORMANDO UM MUSEU AMBIENTAL EM ACESSÍVEL A TODOS OS

**Pesquisador:** KATIA REGINA BENATI

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 37884820.1.0000.5628

**Instituição Proponente:** Universidade Católica do Salvador

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

##### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 4.311.141